

Miristas e Tupamaros. A guerrilha urbana frente às eleições chilena e uruguaia no princípio dos anos 1970: uma abordagem comparativa

«Miristas» and «Tupamaros». Urban guerrillas facing Chilean
and Uruguayan elections in the early 70s, a comparative approach

André Lopes Ferreira*

* Doctor en Historia, Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professor adjunto de Historia de América Latina en la Universidade Estadual de Londrina (UEL), Paraná, Brasil.

✉ alfamerica@uel.br

RECIBIDO: [15.9.2017]

ACEPTADO: [26.10.2017]

Resumo

A criação do MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria) no Chile e do MLN-T (Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros) no Uruguai, ocorrida em ambos os casos no ano de 1965, foi mais um episódio no processo de radicalização das esquerdas latino-americanas após o triunfo da Revolução Cubana em 1959. Rejeitando a via democrática e as eleições como formas de acesso ao poder, esses grupos defendiam a luta armada como a única alternativa para a construção do socialismo. Apesar disso, diante das eleições nacionais de 1970 no Chile e 1971 no Uruguai, as duas organizações proclamaram uma trégua para que o processo eleitoral pudesse se desenvolver normalmente e, mesmo fazendo inúmeras ressalvas, apoiaram as candidaturas de Salvador Allende (Unidade Popular) e Líber Seregni (Frente Ampla). Pretende-se discutir, portanto, comparativamente a relação entre guerrilheiros e esquerda legal apontando as aproximações e distanciamentos nos diversos setores naquela conjuntura.

Palavras-chave: história política, Uruguai, Chile, guerrilha, eleições.

Resumen

La creación del MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria) en Chile y del MLN-T (Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros) en Uruguay, ocurridas en ambos casos en el año 1965, fue un episodio más en el proceso de radicalización de las izquierdas latinoamericanas, después del triunfo de la Revolución cubana en 1959. Rechazando la vía democrática y las elecciones como formas de acceso al poder, estos grupos defendían la lucha armada como la única alternativa para la construcción del socialismo. A pesar de ello, ante las elecciones nacionales de 1970 en Chile y 1971 en Uruguay, ambas organizaciones proclamaron una tregua para que el proceso electoral pudiera desarrollarse normalmente y, aunque haciendo numerosas objeciones, apoyaron las candidaturas de Salvador Allende (Unidad Popular) y Liber Seregni (Frente Amplio). Se pretende discutir comparativamente la relación entre guerrilleros e izquierda legal, y señalar las aproximaciones y distanciamientos entre los diversos sectores en aquella coyuntura.

Palabras clave: Historia política, Uruguay, Chile, guerrilla, elecciones.

Abstract

In 1965, the creation of both, the Left Revolutionary Movement (MIR) in Chile and the National Liberation Movement - Tupamaros (MLN-T) in Uruguay, was yet another episode of the process of radicalization of the Latin American leftwing, after the triumph of the Cuban Revolution, in 1959. By rejecting the democratic way and the elections as forms of access to power, these groups opted to take up arms, as the only alternative for the construction of socialism. However, before the national elections of 1970 in Chile and 1971 in Uruguay, both organizations proclaimed a truce, so that the electoral processes could develop normally and, after raising many objections, they supported the candidacies of Salvador Allende (Popular Unity) in Chile and Liber Seregni (Broad Front) in Uruguay. This article intends to comparatively discuss the relationship between guerrillas and the legal leftwing, pointing out proximities and distances between the different sectors at that juncture.

Keywords: political history, Uruguay, Chile, guerrilla activities, elections.

Comparando experiências políticas

Uma vez que não se trata de uma escolha usual, a opção pelo método comparativo requer alguns esclarecimentos prévios. É verdade que a História comparada gerou resistências em muitos pesquisadores ao longo do tempo. Segundo Maria Lígia Prado, tais resistências estão relacionadas à própria constituição do campo historiográfico a partir do séc. XIX. Em primeiro lugar, os acontecimentos passados, então entendidos como a matéria prima dos historiadores, eram vistos como fatos absolutamente singulares; por isso, se acreditava que

não se prestavam a generalizações e nem se encaixavam em modelos explicativos mais abrangentes, logo, tais fatos não podiam ser comparados (Prado, 2005: 13).

Também se deve considerar que, em alguns países, a profissionalização dos historiadores aconteceu concomitantemente à consolidação do Estado nacional. Essa especificidade fez com que a História, agora uma disciplina acadêmica, fosse muitas vezes colocada a serviço dos governos e utilizada como ferramenta política em prol da nação. Portanto,

[...] a perspectiva de tomar as fronteiras da nação como os limites *naturais* estabelecidos para a pesquisa histórica é ainda a escolha majoritária. A força persuasiva do nacionalismo continua presente e fortemente estabelecida tanto no cenário da política como também no mundo universitário, onde a centralidade das disciplinas referidas à história nacional é prova cabal dessa visão hegemônica. (Prado, 2005: 13)

Não se trata aqui de desqualificar a História que se limita aos quadros da nação, pois, sem dúvida, essa é uma abordagem legítima. A política, por exemplo, é uma prática que se realiza dentro – mas também fora – dos limites nacionais, não havendo qualquer inconveniente em estudá-la por este viés. Em contrapartida, existem condicionantes políticos que ultrapassam as fronteiras e se fazem sentir ao mesmo tempo em diversos países; daí o interesse em comparar experiências sincrônicas ocorridas em lugares distintos.

Marc Bloch (1998), nome sempre lembrado quando o assunto é História Comparada, recomendava fugir dos supostos particularismos regionais e nacionais e se concentrar em problemas comuns a diferentes sociedades. Cabe lembrar que o autor francês desenvolveu seus trabalhos mais relevantes entre as duas guerras mundiais, desencadeadas, entre outras razões, pelo nacionalismo exacerbado em certos países europeus. De acordo com Flavio Heinz e Ana Paula Korndörfer, como parte do método comparativo,

[...] Bloch indicava a necessidade de escolha de fenômenos nos quais houvesse certas semelhanças entre os fatos observados e dessemelhanças em relação ao meio, o acompanhamento de sua evolução no tempo, a percepção das continuidades, a busca de influências entre uma sociedade e outra, e a busca das causas ou o sentido das causalidades [...]. (Heinz; Korndörfer, 2009: 12)

Para José D'Assunção Barros, a comparação, ou melhor, o ato de comparar, é um procedimento quase intuitivo por parte do historiador. Embasando-se nas reflexões de Paul Veyne, Barros assevera que toda História é de alguma forma comparativa, pois, no curso da pesquisa, sempre pensamos como nossos objetos são semelhantes ou diferentes de outros, coetâneos a eles ou não, assim como estabelecemos as mais diferentes analogias durante a investigação e escrita (Barros, 2007: 12).

Chegado a esse ponto é preciso alguma cautela. A prática comparativa inerente ao trabalho dos historiadores não faz com que toda pesquisa seja fruto ou exemplo do que chamamos de História Comparada, embora lance mão de comparações em algum momento. Segundo D'Assunção Barros, o ato de comparar é natural no âmbito de uma investigação, contudo, na maior parte das vezes, é feito apenas pontualmente, tratando-se de um «comparativismo histórico» alçado à condição de método quando isso se faz necessário. Por outro lado, «[...] a História Comparada, antes do mais, seria uma modalidade historiográfica que atua de forma simultânea e integradora sobre campos de observação diferenciados e bem delimitados – campos, a bem dizer, que ela mesma constitui e delinea [...]» (Barros, 2007: 12-13).

Para o autor, devemos distinguir o campo da História Comparada da simples metodologia comparativa, já que várias outras «modalidades historiográficas» podem empregar a comparação como ferramenta analítica. Nesse sentido, é preciso que haja

[...] um Duplo ou Múltiplo Campo de Observação – ou um âmbito multifocal de análise, por assim dizer [...] para que se possa falar legitimamente de uma modalidade definível como «História Comparada» e não apenas de uma prática historiográfica que utiliza «metodologias comparativas». (Barros, 2007: 19)

Feita essa breve consideração metodológica, aclaro que a proposta deste artigo situa-se no território da História Comparada justamente porque considera dois campos de observação, a extrema esquerda do Uruguai e do Chile no princípio dos anos 1970, os quais, segundo entendo, podem ser examinados comparativamente a partir de um problema comum: a atuação de miristas e tupamaros ante as eleições nacionais naquela conjuntura.

Vale dizer que a unificação das esquerdas chilena e uruguaia, traduzida na criação da Unidade Popular em 1969 e da Frente Ampla em 1971, teve como pano de fundo não apenas a radicalização política de grupos extremistas – de esquerda e direita – em toda a América Latina, mas igualmente o avanço do anticomunismo nos vários países da região. Desse modo, o que em geral é entendido como uma característica específica ou local pode, na verdade, estar atrelado a processos mais vastos e tratar-se de um fenômeno mais abrangente.

Assim, é necessário levar em conta que o surgimento da luta armada no Uruguai e no Chile se deu em ambientes político-sociais relativamente semelhantes. Ambos os países apresentavam, naquela ocasião, longa estabilidade democrática e institucional, o que os distinguia regionalmente, em especial no que diz respeito ao distanciamento de suas Forças Armadas em relação à vida política nacional. Se os compararmos com Brasil e Argentina, seus grandes vizinhos, constataremos que nesses dois casos vivia-se sob regimes ditatoriais. Por fim, devemos lembrar que Chile e Uruguai sofreram golpes militares no mesmo ano de 1973, com pouco mais de dois meses entre o início de uma e outra ditadura, o que iria marcar profundamente essas sociedades.

Em suma, avaliar comparativamente os grupos da extrema esquerda uruguaia e chilena permite colocar frente a frente duas experiências políticas que, embora respondessem a desafios específicos, também se vinculavam a uma dinâmica mais ampla e que ia além dos espaços nacionais, como a própria Guerra Fria ou as propostas de uma revolução socialista continental, o que nos faz redimensionar o papel jogado por essas organizações.

Matrizes teórico-ideológicas da Extrema Esquerda no Chile e Uruguai

O exame dos documentos fundacionais do MIR e do MLN-T permite concluir que, no caso do grupo chileno, o marxismo parece ter tido mais peso como matriz teórico-ideológica. Não que os Tupamaros não tivessem em Marx uma referência importante, mas nesse caso suas fontes doutrinárias eram bem mais diversificadas, por assim dizer. Como hipótese, defende-se que a heterodoxia da organização deve-se, em parte, à bagagem política trazida por militantes do Partido Socialista e de vertentes anarquistas que aderiram à luta armada, além de trabalhadores rurais sindicalizados, com destaque para os da indústria açucareira, os *cañeros*.

Antes de 1965, o *Coordinador* – grupo que daria origem ao MLN-T – era formado por quadros de várias tendências, o que pode ter contribuído para o desenvolvimento ideológico mais plural dos Tupamaros. Segundo Clara Aldrighi,

[...] de los distintos grupos y partidos de la izquierda no comunista, afluyeron al Coordinador en 1962 los militantes que años más tarde constituirían el núcleo fundacional del MLN. Creado por militantes socialistas, anarquistas, del MIR, del MRO, el Coordinador fue una organización que se propuso cumplir funciones de defensa del movimiento popular contra la represión policial y las bandas fascistas, activas desde principios de los sesenta, impulsar y apoyar la combatividad de las luchas de masas con acciones de enfrentamiento radical y comenzar a transitar el camino de la lucha armada con objetivos revolucionarios, sin proponerse desatarla en lo inmediato. (Aldrighi, 2001: 73)

O próprio Partido Socialista, berço político de muitos daqueles que integrariam o MLN-T,¹ era uma sigla cujo horizonte ideológico se mostrava bastante amplo, não se resumindo apenas ao marxismo. De acordo com Alción Cheroni,

1 «[...] En el caso del Partido Socialista, que no contaba con ninguna estructura clandestina, los militantes que integraron la red del Coordinador mantuvieron hasta 1966 una especie de doble militancia. Raúl Sendic, dirigente socialista, actuaba con total autonomía, tanto en el plano sindical como en la realización

[...] desde el punto de vista de los principios y fundamentos teóricos el Partido Socialista anota su vinculación, muy mediada, con el marxismo, tal como se suponía que había sido enunciado por sus fundadores: Marx y Engels. *Esa adhesión será muy lata, llegando a sostener que el socialismo no es solo el marxismo, que hay cosas en las cuales se separan del marxismo [...]*. (Cheroni, 1984: 8, grifo do autor)

É provável que os membros do OS, que se tornaram Tupamaros, incluindo importantes lideranças como Raúl Sendic, tenham levado para o interior da guerrilha essa perspectiva. Nesse mesmo sentido, Clara Aldrighi julga que nunca existiu uma adesão incondicional da organização aos postulados marxistas: «[...] la relación del MLN con el marxismo fue una relación crítica, aunque ciertos aspectos de esta ideología fueron aceptados por muchos tupamaros como instrumento de comprensión de la historia y de la sociedad [...]» (2001: 96).

O posicionamento ideológico do MLN-T pode ser visto em vários documentos, não existindo apenas um texto doutrinário, mas referências espalhadas em diversos escritos. Luis Costa Bonino acredita que o alinhamento político do grupo se definia basicamente como uma mescla de *nacionalismo* e *socialismo*, sendo o primeiro uma *condição previa* para a realização do outro (1985: 57). Na visão dos Tupamaros,

[...] el modelo de socialismo a construir no debía subordinarse, sin embargo, a padrones o modelos implementados en otros países socialistas. El modelo de socialismo uruguayo debía construirse a partir de las peculiaridades históricas y de desarrollo del Uruguay. *Para el MLN, cada socialismo debía ser nacionalista y no debía adherir necesariamente a ningún bloque ideológico.* (Costa Bonino, 1985: 58, grifo do autor)

Assim, no *Documento nº 5*, publicado em agosto de 1971,² a organização afirmava categoricamente: «[...] la nación es el Pueblo, asumir el nacionalismo es asumir las tareas históricas de ese pueblo». Mais adiante, no mesmo texto: «[...] la contradicción fundamental hoy es imperialismo-nación, de ahí la importancia de la liberación nacional como tarea, para solo después poder plantearnos la construcción plena del socialismo» (MLN-T, 1971).

de acciones armadas (por ejemplo, el asalto de la sucursal Buceo del Banco de Cobranzas en 1964, con la participación de dirigentes de la Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas (UTAA) Julio Vique, Nelson Santana y Ataliva Castillo). Esta autonomía generaba no pocos problemas al Partido.» (Aldrighi, 2001: 74)

2 O *Documento n. 5* veio a público em 28 de agosto de 1971 na revista quinzenal *Cuestión*, vinculada ao MLN-T; porém, segundo Jorge Torres, sua aparição é anterior e data do mês de fevereiro do mesmo ano. Torres aponta, inclusive, que alguns dirigentes do movimento afirmam que esse texto nunca foi devidamente aprovado (Torres, 2002: 294). A versão publicada posteriormente em *Cuestión* está Disponível em: <http://biblioteca.periodicas.edu.uy/archive/files/7c4c0dcff61d5734f376c0fc34299f9e.jpg> [Consultado: 6.6.2016].

País marcado por guerras civis ao longo de todo o séc. XIX, incluindo algumas revoltas já no princípio do séc. XX, o Uruguai fornecia uma história repleta de levantes armados sob o comando de caudilhos dos partidos Colorado e Nacional. Para Eduardo Rey Tristán, além da tradição revolucionária marxista, o MLN-T reivindicava ainda o passado uruguaio para legitimar suas ações. «La simbología tupamara también recuperó otros momentos históricos del Uruguay, siempre vinculados a una tradición violenta y a ideales nacionales o de lucha por las libertades, caso del Éxodo *artiguista*, de los *Treinta y Tres orientales*, o de Rivera [...]» (Rey Tristán, 2005: 173-174).

Não por acaso, lembra Rey Tristán, um dos principais lemas da organização, *Habrá patria para todos, o no habrá patria para nadie*, presente em muitos documentos do grupo, fora tomado de Aparicio Saravia, caudilho histórico do Partido Nacional.

[...] El nacionalismo del MLN-T forzosamente tenía que converger en muchos casos con la tradición blanca, con el PN [Partido Nacional]. Saravia no sólo fue representante de una lucha que recuperaba la tradición violenta del siglo XIX uruguayo, sino también defensor de los desheredados, así como aquél que se opuso al Uruguay burgués y colorado que representaba Batlle y cuyas bases identitarias ahora el MLN-T amenaza [...]. (Rey Tristán, 2005: 174-175)

De fato, o passado nacional era apropriado pelos Tupamaros de forma a inscrever suas ações numa espécie de épica histórica que começava com Artigas, entendido como o fundador da própria nação, e culminava com a luta revolucionária dos guerrilheiros. Em vários episódios, o movimento deixou clara sua inspiração artiguista, fosse numa ação armada como a tomada da cidade de Pando em 1969,³ ou, mais tarde, em 1975, quando, num texto chamado *El artiguismo y el Movimiento de Liberación Nacional «Tupamaros»*, a organização relatava suas origens. Segundo o documento, a figura histórica de Artigas fora deturpada, sendo necessário seu *resgate*.

José Artigas, uno de los más grandes revolucionarios de América Latina en el siglo XIX, no ha escapado a esta gran verdad. Por eso hoy en MLN «Tupamaros», que desde sus inicios ha señalado la continuidad histórica que existe entre las antiguas luchas del pueblo oriental por su libertad y sus luchas presentes, quiere reivindicar una vez más la figura de nuestro héroe nacional.

3 Em 8 de outubro de 1969 um comando do MLN-T tomou de assalto a delegacia de polícia, o quartel dos bombeiros e a central telefônica da cidade de Pando, município próximo a Montevideu. No manifesto emitido após a ação proclamava-se: «[...] sólo hay dos caminos: amansarse y tolerar o sublevarse y resistir. Nosotros predicamos y ejecutamos ese segundo camino, fieles a Artigas y los Tupamaros que en el pasado pelearon hasta el fin» (MLN-T, 1989: 11).

Artigas es, debe ser, del pueblo y no de la oligarquía. La imagen querida y admirada del Jefe de los Orientales fue deformada por aquellos que lo convirtieron en un Artigas de bronce, ajeno a la lucha revolucionaria. (MLN-T, 1989: 7, grifo do autor)

Nas falas do grupo também são muito recorrentes fórmulas discursivas voltadas àquilo que chamamos de nacional-popular, isto é, o MLN-T se colocava como o legítimo defensor do «povo uruguaio» e, claro, contra seus inimigos. Assim, repetidamente, a ideia de povo aparece como uma entidade pré-política e, em geral, contraposta às «oligarquias» ou aos «exploradores». Nesse sentido, os Tupamaros não se dirigiam especificamente ao proletariado – característica das organizações marxistas-leninistas; ao contrário, o tipo de socialismo que propunham passava antes por uma libertação de caráter nacional e não necessariamente pelo internacionalismo proletário.

Em uma análise de conjuntura, feita em 1971, defendia-se o seguinte:

[...] la contradicción principal es la que opone al imperialismo con los países sub-desarrollados y que, *en nuestro caso, se expresa a través de la contradicción oligarquía-pueblo*. La oligarquía aliada, apoyada y representando al imperialismo y a las oligarquías vecinas. El pueblo aliado, apoyado y representando a los demás pueblos de América y el mundo [...]. (MLN-T, 1971, grifo do autor)

Indo além, o povo, e não a classe operária, é retratado no documento como a força primordial da revolução no país: «[...] *la fuerza motriz de la revolución es pues el pueblo* y dentro de él aquellos sectores más golpeados por la oligarquía y aquellos más esclarecidos (obreros, asalariados rurales, estudiantes, intelectuales, desocupados, empleados)» (MLN-T, 1971, grifo do autor).

A própria necessidade do partido de vanguarda como pré-condição para a luta revolucionária era relativizada, contrariando assim os postulados do marxismo-leninismo que tinham no partido uma ferramenta imprescindível para a revolução. No *Documento n. 1* constatamos que para os Tupamaros não deveria haver uma separação entre o fator político e o militar, não sendo nenhum deles subordinado ao outro.

No existe, ni puede existir pues, ninguna diferencia esencial dentro de una misma organización entre los aspectos políticos y militares; en lo esencial es muy difícil establecer dónde termina lo estrictamente militar y dónde comienza lo estrictamente político. No se puede oponer ambas cosas, pues en la práctica están íntimamente relacionadas, pertenecen a un todo inseparable. (MLN-T, 1967)

Em se tratando do MIR, ao contrário, seus vínculos ideológicos com o marxismo ficam patentes desde o início, pois já em sua «Declaração de princípios» afirmava-se que «[...] El MIR se define como una organización marxista-leninista, que se rige por los principios del centra-

lismo democrático» (MIR, 1965). Mesmo quando reivindicava as «tradições revolucionárias chilenas», o grupo o fazia reclamando para si a herança política de Luis Emilio Recabarren, tipógrafo que, em 1912, fundou, junto a outras lideranças, o Partido Obrero Socialista – POS, convertido em Partido Comunista do Chile – PCCh, no ano de 1922 (Grez Toso, 2011).

El MIR se organiza para ser la vanguardia marxista-leninista de la clase obrera y capas oprimidas de Chile, que buscan la emancipación nacional y social. El MIR se considera el auténtico heredero de las tradiciones revolucionarias chilenas y el continuador de la trayectoria socialista de Luis Emilio Recabarren, el líder del proletariado chileno. La finalidad del MIR es el derrocamiento del sistema capitalista y su reemplazo por un gobierno de obreros y campesinos, dirigido por los órganos del poder proletario, cuya tarea será construir el socialismo y extinguir gradualmente el Estado hasta llegar a la sociedad sin clases. La destrucción del capitalismo implica un enfrentamiento revolucionario de las clases antagónicas. (MIR, 1965, grifo do autor)

Fiel à tradição marxista-leninista, e ao contrário dos Tupamaros, o MIR concebia o «partido revolucionário» como sendo indispensável às lutas operárias. Isto é, sem a presença de sua «vanguarda», o proletariado não seria capaz de superar certos limites impostos pelo sistema político-econômico, ficando então à mercê da manipulação de determinadas «frações da burguesia» e permanecendo como «classe subordinada».

Na verdade, de acordo com a organização, a tomada de consciência dos trabalhadores passava necessariamente pela atuação do partido, como consta num documento sobre a formação de quadros: «[...] este proceso de constitución del proletariado en clase, tiene pues, la doble vertiente de la acción de las propias masas obreras y del desarrollo de la conciencia de clase. Aspectos ambos que exigen para su cabal desarrollo la existencia de una vanguardia revolucionaria, de un partido revolucionario del proletariado» (MIR, 1974: 2, grifo do autor).

Em síntese, apesar de não coincidirem totalmente quanto ao ator fundamental da revolução – o «povo» no caso do MLN-T e o «proletariado» no que tange o MIR –, bem como discordarem acerca do peso e da importância do partido de vanguarda no processo revolucionário, as duas organizações convergiam na crítica à democracia formal e entendiam ser impossível transformar a sociedade a partir de dentro das instituições, restando somente a via armada como saída.

O apoio do MIR à Unidade Popular

O ano de 1970 representou uma etapa decisiva para as esquerdas no Chile. Por um lado, as organizações da esquerda legal se empenharam na disputa presidencial de setembro tentando superar as diferenças internas da recém-criada Unidade Popular.

Destaca-se que a coalizão oficializou a candidatura de Salvador Allende no mês de janeiro e que essa escolha foi objeto de atritos entre seus membros (Álvarez Vallejos, 2010: 221). Já para a extrema esquerda, sobretudo no caso de seu maior representante, o MIR, havia uma decisão fundamental a ser tomada: como se posicionar ante o processo eleitoral.

No princípio de 1969, em face das eleições parlamentares, a guerrilha já havia afirmado que a luta armada era o «único caminho» para a revolução no Chile, defendendo, portanto, a «abstenção eleitoral» (MIR, 1969: 1-9). Contudo, as chances de vitória da UP em 1970 eram promissoras, tendo em vista o crescimento das esquerdas nos últimos pleitos: unificados na FRAP – Frente de Ação Popular, comunistas e socialistas haviam conseguido aproximadamente 28% dos votos em 1958 e 39% em 1966; em ambas as ocasiões tendo Salvador Allende como candidato à presidência (Aggio, 2002: 15-16). Desse modo, a possibilidade de triunfo era palpável e exigia um posicionamento do MIR.

Num longo documento intitulado *El MIR y las elecciones presidenciales*, publicado em maio de 1970, a organização ponderava as situações política e econômica do país. Argumentava-se que naquelas circunstâncias

[...] los poseedores de la riqueza y del poder harán enormemente difícil un triunfo electoral popular. Montarán campañas de propaganda millonarias, levantarán el fantasma del «terror», utilizarán las creencias religiosas, controlarán la mayoría de los medios de comunicación de masas, utilizarán los recursos del aparato estatal, recibirán ayuda norteamericana, instrumentalizarán instituciones de caridad extranjeras y nacionales, etc. Por último, si ven que con dos candidaturas que representen sus intereses (Alessandri y Tomic), pueden ser derrotados, no dudarán en retirar uno de ellos o al menos volcarán la votación de uno sobre el otro. (MIR, 1970a: 4)

De acordo com o MIR, a institucionalidade defendida pelas classes dominantes era digna de respeito apenas enquanto os interesses das elites estivessem resguardados, isto é, a «superestrutura jurídica» seria facilmente destruída pela própria «burguesia» se esta percebesse seu poder ameaçado por qualquer força política desafiante. Nesse sentido, em tom quase profético, os miristas concluíam que

[...] si aun así se llegara a evidenciar la posibilidad de un triunfo electoral popular, las clases dominantes chilenas y extranjeras se decidirán por el golpe militar de derecha, cualquiera sea su costo. El golpe miliar en Chile desde hace tiempo ya no es un mito ni un fantasma irreal. No es un arma que la derecha y los yanquis rechacen. La CIA desde hace tiempo se organiza y prepara en el seno de las Fuerzas Armadas; eso es de público conocimiento [...]. (MIR, 1970a: 4)

Apesar das críticas ao caminho eleitoral e à composição interna da Unidade Popular, o MIR acabou apoiando a candidatura de Allende à presidência, mesmo que, para isso,

deixasse claras suas divergências com a coalizão.⁴ Assim, conhecidos os resultados do pleito, o grupo declarou:

[...] en mayo de este año, sin descartar la posibilidad de un triunfo electoral de la izquierda, creíamos éste enormemente difícil, pues suponíamos que las clases dominantes se verían obligadas a retirar a uno de sus candidatos. En agosto de este año planteamos públicamente la mayor posibilidad de una victoria allendista en un manifiesto. *Por todo esto creemos que en lo fundamental nuestra política frente a las elecciones presidenciales fue correcta y que nuestras previsiones frente al resultado electoral fueron bastante aproximadas a lo que ocurrió, dado el estrecho margen de votos.* (MIR, 1970b: 8, grifo do autor)

Realmente, feito o escrutínio, a pequena vantagem de Salvador Allende sobre o candidato do Partido Nacional, Jorge Alessandri, criou uma espécie de impasse político. A vitória nas urnas não garantiu o acesso automático ao poder, já que o resultado das eleições teve de ser ratificado pelo Congresso Nacional num tenso e delicado processo; uma batalha parlamentar enfrentada pelas esquerdas antes mesmo de assumirem o governo.⁵

Ao apoiar a Unidade Popular, contudo, o MIR ultrapassou o plano da simples retórica, sendo que a guerrilha chegou a oferecer seu dispositivo militar para defender uma possível vitória da coalizão nas eleições.

A pesar de no desarrollar actividad electoral y no tener confianza en ese camino para la conquista efectiva del poder por los trabajadores, en los hechos reconocimos que Allende representaba a los trabajadores en el terreno electoral y que Alessandri y Tomic tenían la representación electoral de las clases dominantes y declaramos nuestro rechazo categórico a las candidaturas de Alessandri y Tomic; *por ello no llamamos a la abstención a las masas y pusimos de palabra y de hecho nuestros nacientes aparatos armados al servicio de la lucha por la defensa de un eventual triunfo de izquierda y contra las conspiraciones de derecha, antes y después de la campaña.* Seguimos creyendo que fue una política justa. (MIR, 1970b: 8, grifo do autor)

4 «En mayo también establecimos en general las diferencias que teníamos con el programa de la UP y nuestra crítica a ese frente político por su carácter puramente electoral y por estar allí fuerzas políticas que a nuestro juicio en gran medida representaban intereses de la burguesía». (MIR, 1970b: 8)

5 Os números finais da eleição foram os seguintes: Salvador Allende – UP: 1.070.334 votos (36,2%); Jorge Alessandri – Partido Nacional: 1.031.159 votos (34,9%); Radomiro Tomic – PDC: 821.801 votos (27,8%) e votos brancos e nulos totalizaram 31.505 (1,1%). Como a Unidade Popular alcançou apenas uma maioria relativa dos votos, o Congresso Nacional deveria corroborar esse resultado permitindo a posse de Allende, o que foi conseguido apenas mediante intensa negociação com a Democracia Cristã (Angell, 2015: 883-884).

A participação do MIR na órbita da Unidade Popular também se fez presente na criação do dispositivo de segurança do candidato e depois Presidente da República, Salvador Allende. Antes mesmo das eleições de 1970, Allende se encontrou secretamente com Miguel Henríquez, dirigente máximo do MIR, e lhe pediu que a organização guerrilheira fornecesse quadros treinados e capazes para fazer sua segurança. Desse encontro surgiria o *Grupo de Amigos Personales*, mais conhecido pelo acrônimo GAP, organismo militarizado responsável pela escolta do primeiro mandatário. Entre finais de 1970 e meados de 1972, o GAP esteve formado por militantes do MIR e também do Partido Socialista; a partir daí, até o golpe militar no ano seguinte, apenas o PS se incumbiria da segurança presidencial (Pérez, 2000: 45).

De acordo com o depoimento de Andrés Pascal Allende,⁶ membro do MIR e sobrinho de Salvador Allende, durante a conversa que teve com o dirigente mirista, o candidato da UP se queixou das ações da guerrilha, sustentando que elas tornavam muito difícil a campanha eleitoral das esquerdas, posto que a imprensa conservadora capitalizava tais atos contra sua imagem. Miguel Henríquez teria respondido que as «recuperações» feitas pela organização – a maioria das quais assaltos a bancos – eram a única forma de sustentar o movimento. Diante do exposto, Allende teria se comprometido a repassar oitenta mil dólares ao MIR ainda em 1970 (Pérez, 2000: 45).

Depois de formalizado, o GAP passou a utilizar as instalações de *El Cañaveral*, casa de descanso da presidência, como um de seus centros de treinamento, mostrando a proximidade entre MIR e Unidad Popular. Andrés Pascal Allende revelou também que

[...] la institucionalización de la guardia armada civil del Presidente Allende en la vida nacional le fue posibilitando al MIR la ejecución de una serie de actividades encubiertas, bajo la apariencia de prestar protección al Primer Mandatario y sus residencias. La organización implementó verdaderos cursos de formación paramilitar. Las clases eran impartidas con la «ayuda de oficiales cubanos». Efectivamente, la dirección del GAP usaba las instalaciones construidas en El Cañaveral, donde tenía una pequeña cancha de entrenamientos, y los polígonos de tiro del Cuerpo de Carabineros en La Reina para impartir conocimientos guerrilleros, que incluían prácticas de tiro [...]. (Pérez, 2000: 53)

O apoio dos Tupamaros à Frente Ampla

A exemplo do que fez o MIR em 1970 no Chile, os Tupamaros tiveram que se posicionar em face das eleições uruguaias de 1971. A coincidência maior foi que o MLN-T era

igualmente crítico da democracia formal, mas acabou apoiando a Frente Ampla em sua campanha. Na declaração pulicada pelo grupo no início de janeiro⁷ lia-se:

4) El Movimiento de Liberación Nacional (Tupamaros) entiende positivo que se forje una unión de fuerzas populares tan importantes *aunque lamenta que esta unión se haya dado precisamente con motivo de las elecciones y no antes*. [...] 5) Mantenemos nuestras diferencias de métodos con las organizaciones que forman el frente y con la valoración táctica del evidente objetivo inmediato del mismo: las elecciones. [...] *Sin embargo, consideramos conveniente plantear nuestro apoyo al Frente Amplio*. (MLN-T, 1971, grifo do autor)

Apesar do apoio crítico à aliança, a total descrença no sistema político vigente também inclinava a organização a duvidar de uma vitória eleitoral das esquerdas naquela conjuntura. Na avaliação da guerrilha, a desigualdade de forças e condições, com a maioria dos meios de comunicação e recursos financeiros a serviço dos setores dominantes, tornava o sonhado êxito quase impossível. Ocorre que o recente triunfo da Unidade Popular no Chile animou sobremaneira os integrantes da FA, afinal, Allende também chegara ao poder pela via democrática (Ferreira, 2013). Mantendo o ceticismo, entretanto, o MLN-T advertia que as experiências de outros países não podiam ser simplesmente aplicadas ao Uruguai, o que se acredita ser uma menção velada ao caso chileno: «2) Por lo tanto no creemos, honestamente, que en el Uruguay, hoy, se pueda llegar a la revolución por las elecciones. No es válido trasladar las experiencias de otros países» (MLN-T, 1971).

Os Tupamaros obviamente não participaram da fundação da Frente Ampla ocorrida em fevereiro de 1971. Contudo, pouco depois, ingressaram na coalizão por meio de um braço legal – não oficial, é claro – criado especialmente para essa finalidade: o *Movimiento de Independientes 26 de Marzo*. Em seus quadros dirigentes, o 26 de Marzo contava com personalidades do mundo cultural uruguaio, tais como Mario Benedetti e Daniel Vidart, e possuía uma importante inserção em setores das classes médias intelectualizadas.

De acordo com Eduardo Rey Tristán, não é possível afirmar que os Tupamaros comandavam diretamente o *Movimiento de Independientes 26 de Marzo*, porém, embora houvesse certa liberdade de ação, essa autonomia também era relativa.

[...] El peso de los miembros de la dirección del «26», sus propias características, y el sentido que podía tener en la estrategia tupamara hacían que fuese así. [...] Las coincidencias ideológicas eran muy importantes, como si puede apreciar en los discursos de los miembros del «26 de Marzo» o en las posturas por ejemplo respecto al valor que se le daba a la contienda electoral como elemento de cambio. No era preciso

7 Apesar de publicado em janeiro de 1971, o texto em questão é datado de dezembro de 1970.

entonces un control estricto por parte del MLN-T. Es posible que en este sentido la influencia de la organización guerrillera en el Movimiento fuese más política e ideológica que directa en lo que a estructura y dirección se refiere. (Rey Tristán, 2005: 360)

Mesmo partidário da luta armada, o MLN-T não ignorava que as eleições eram um elemento central na cultura política uruguaia, isto é, o grupo sabia que o ato de votar absorvia a participação de grande parte da cidadania. Assim, atuar legalmente no âmbito da FA permitia à organização não se isolar completamente em vista do fenômeno eleitoral, sem contar que facilitava manter contato com simpatizantes, tencionando recrutá-los, e membros da guerrilha que ainda não estavam na clandestinidade (Ferreira, 2012: 315).

Uma vez que não lançou candidatos, o *MI 26 de Marzo* se empenhou no trabalho de massas junto aos Comitês de Base da Frente Ampla, o que permitiu, com o tempo, uma difusão ainda maior das ideias do grupo e, claro, aumentou a zona de influência dos Tupamaros (26M, 1971a). A aposta na politização para futuros confrontos, e não nas eleições, fica bastante clara em um folheto assinado por Mario Benedetti, em dezembro de 1971:

[...] para el Movimiento 26 de Marzo, la contienda electoral es eso: una contienda, una batalla más de las muchas que se han librado y se van a librar; pero por supuesto no es toda la guerra, no es toda la dura guerra entre pueblo y oligarquía. Esta batalla se podrá ganar, claro que sí, pero la guerra la tenemos que ganar, estamos seguros de ganarla. Y no sólo porque la historia nos ayuda, sino porque hemos decidido ayudar a la historia, que es una forma de ayudarnos a nosotros mismos [...]. (Benedetti, 1971)

Além da relação com a Frente Ampla por meio do *Movimiento de Independientes 26 de Marzo*, os Tupamaros também mantiveram diálogos clandestinos com a aliança durante a campanha eleitoral. Determinados setores da FA, com destaque para o Partido Comunista do Uruguai (PCU), chegaram mesmo a tratar com a guerrilha um plano de resistência armada caso as esquerdas ganhassem a eleição e fossem impedidas de assumir o poder.

Rumores de que membros das Forças Armadas articulavam um golpe, possivelmente com o envolvimento das ditaduras de países vizinhos, tornavam o clima político ainda mais tenso. Em um editorial intitulado *Amenazas intervencionistas*, publicado em *El Popular*, jornal do PCU, cogitava-se uma intervenção estrangeira por conta de afirmações dos presidentes brasileiro e paraguaio, Médici e Stroessner, que se declaravam preocupados com a situação uruguaia.⁸

8 «El miércoles, los gorilas Garrastazú Médici y Stroessner volvieron a destacar, en encuentro oficial, su disposición a favor de una 'acción continental contra el terrorismo' y expresaron su preocupación por el Uruguay, 'sacudido por crisis internas' según expresan los cables [...]» («Amenazas intervencionistas», 1971).

Nesse ínterim, e por meios até hoje não muito claros, vieram à tona boatos sobre a controversa *Operação trinta horas*, plano segundo o qual o exército brasileiro tomaria o Uruguai no caso de uma vitória da Frente Ampla nas eleições vindouras.⁹ Obviamente não era possível confirmar a veracidade dessas informações e, na dúvida, a atitude de alguns grupos foi contatar os Tupamaros e preparar-se para o pior. (Ferreira, 2012: 320)

Assim, militares legalistas próximos da Frente Ampla, membros do Partido Comunista e também os guerrilheiros do MLN-T urdiram o chamado *Plan* ou *Operación contragolpe*. Na hipótese de uma intervenção, fosse das Forças Armadas uruguaias ou mesmo uma invasão brasileira, os Tupamaros ficariam encarregados de controlar, com seu aparato, as estradas que davam acesso a Montevidéu (Aldrighi, 2001: 103-104). Esse foi talvez o episódio em que guerrilha e frenteamplistas mais se aproximaram durante o processo eleitoral, salientando que a Democracia-Cristã, integrante de primeira hora da coalizão e uma de suas principais forças, não foi consultada sobre o tema, o que causou profundo mal-estar interno quando seus líderes se descobriram excluídos de assunto tão sério e de consequências tão profundas e incertas (Ferreira, 2012: 321).

O próprio Liber Seregni, candidato à presidência pela FA e Coronel reformado, acompanhou o planejamento das ações. Muitos anos mais tarde ele declarou numa entrevista:

[...] había dos planes importantes... planes de contingencia muy importantes: por un lado, estaba la operación defensiva ante la amenaza de una invasión proveniente de Brasil; por otro lado, estaba la operación «Contragolpe», que se montó para prevenir la posibilidad de un golpe acá, interno, en caso de que triunfara el Frente Amplio. El plan «Contragolpe» era un plan como defensa ante una posibilidad... era un montaje preventivo frente a la posibilidad de un hecho interno. (Butazzoni, 2002: 136)

9 De acordo com Luiz Alberto Moniz Bandeira, em «[...] dezembro de 1971, o Uruguai outra vez esteve igualmente na iminência de sofrer a intervenção militar do Brasil. As tropas do III Exército, sediadas no Rio Grande do Sul, prepararam-se para o invadir, executando a Operação Trinta Horas (tempo necessário para a ocupação de todo o Uruguai), o que só não se concretizou porque o general Liber Seregni, candidato da Frente Ampla (partidos de esquerda e centro-esquerda), perdeu as eleições para os conservadores [...]» (Bandeira, 2003). Para o historiador Enrique Serra Padrós, a **operação** era de conhecimento de militares argentinos e da diplomacia americana: «Semanas antes da eleição, começaram a circular rumores sobre movimentação de tropas brasileiras na fronteira comum, o que foi associado à possibilidade de invasão em caso de vitória da Frente Ampla. Tal movimentação era conhecida em certos círculos militares do Brasil e da Argentina. O plano foi denominado 'Operação Trinta Horas', pela estimativa de tempo necessário, segundo estrategistas militares, para subjugar Montevidéu e controlar o Uruguai. Desde agosto de 1971, o governo Nixon vinha examinando, através das suas embaixadas, a posição de Brasília e Buenos Aires diante de uma hipotética vitória eleitoral da esquerda uruguaia; indagava, também, sobre a existência de um plano brasileiro de intervenção e até onde este poderia contar com o apoio argentino» (Padrós, 2007).

Como se sabe, as esquerdas não venceram as eleições de 1971 no Uruguai. Em todo caso, o apoio que os Tupamaros não deram com suas armas – a resistência naturalmente nunca saiu do papel – acabou sendo dado nas urnas, pois o *MI 26 de Marzo* aprofundou seu trabalho nos Comitês de Base da FA buscando conquistar o máximo de votos possível para a coalizão.

Em novembro, através de uma nota no semanário *Marcha*, a organização reiterava que não lançaria candidatos deixando livre a militância para votar de acordo com sua própria escolha (26M, 1971b). Ao não declarar preferências eleitorais, pretendia-se frisar a independência do movimento e ao mesmo tempo esclarecer sua opção exclusiva pelo trabalho de base. Mesmo sem concorrer a nenhum cargo eletivo, o engajamento dos *independientes* na campanha foi tamanho que, após a votação, Liber Seregni fez um discurso especialmente voltado ao grupo em reconhecimento a seu empenho (Seregni, 1971).

Finalizando, perdura certo consenso de que a «votação» do *Movimiento de Independientes 26 de Marzo* teria se voltado majoritariamente a Enrique Erro, aspirante ao senado. Em outras palavras, os simpatizantes do grupo canalizaram seu apoio a este candidato, convertido então numa espécie de representante virtual dos independentes (Rey Tristán, 2005: 368).

Enrique Erro obteve mais de setenta mil votos, só ficando atrás dos comunistas da *Frente Izquierda de Liberación* – FideL, que ultrapassou os cem mil sufrágios. Ex-integrante do Partido Nacional, havia abandonado a sigla no princípio dos anos 1960, aproximando-se das esquerdas. Ingressou na Frente Ampla com o lema *Patria Grande*, cujos panfletos levavam à consigna *Libertad o muerte*. De fato, seu discurso radicalizado o aproximava de alguma maneira às concepções tanto do *MI 26 de Marzo* quanto dos Tupamaros, mas, segundo se entende, apenas isso não explica sua expressiva votação, e tal hipótese carece ser mais aprofundada.

Considerações finais

A análise das relações entre grupos armados clandestinos e partidos da esquerda legal, no princípio da década de 1970, revela que o recurso à violência, ainda que em situações excepcionais, era considerado como legítimo mesmo por aquelas organizações que pretendiam atuar dentro dos limites institucionais, casos da Unidade Popular chilena e da Frente Ampla uruguaia.

Publicamente, tanto a UP quanto a FA sustentavam que o resguardo da democracia e das instituições era condição essencial para sua atuação política. Daí advinha uma insistência de Salvador Allende em falar na *via chilena ao socialismo*, ou seja, «[...] as medidas para a construção do novo Estado seriam elaboradas dentro do respeito irrestrito ao regime jurídico vigente [...]». (Altamirano, 1979: 56) O mesmo vale para os frenteamplistas no Uruguai, e, não por acaso, as *Bases programáticas* da aliança começavam pela defesa das liberdades – em todos os sentidos – e pregava a observância integral da constituição. (Frente Amplio, 1971)

Na prática, contudo, essas forças políticas vislumbravam como possível, e até mesmo inevitável, o que chamamos de horizonte insurrecional. Vale dizer que, na América Latina daquele contexto, o tema da violência revolucionária estava posto para quase todos os atores de esquerda, incluindo os legalizados, e, mesmo que pretendessem observar as regras democráticas, eles entendiam que o futuro reservava lutas ferozes e cruentas. A Unidade Popular e a Frente Ampla não escapam a essa lógica, e seu flerte com as guerrilhas deve ser entendido no âmbito de uma cultura política que não descartava pegar em armas em casos extraordinários.

A extrema esquerda, por sua vez, considerava a democracia um simples engodo das classes dominantes e tinha na estratégia da insurreição seu ponto de partida. O que nos chama a atenção, porém, é como tupamaros e miristas se aproximaram de partidos legais oferecendo apoio político e também suporte militar. De fato, soa contraditório que MIR e MLN-T tenham negociado às ocultas com a Unidade Popular e a Frente Ampla, ou ao menos com alguns de seus membros.

Acredita-se que tal contradição possa ser explicada da seguinte forma: conquanto desprezassem a via eleitoral, os guerrilheiros realmente viam essas coalizações como representantes dos setores populares, mesmo considerando-as reformistas, é claro. No limite, uma vitória das esquerdas nas eleições apenas adiaria um enfrentamento armado tido como certo; todavia, se triunfassem, a própria radicalização do processo traria conscientização às massas, havendo assim um ganho subjetivo de natureza político-organizativa.

No mais, questões de ordem propriamente objetiva também explicam a relação MLN-T / FA e MIR / UP. Os Tupamaros utilizavam o *Movimiento de Independientes 26 de Marzo* como um canal que permitia a seus integrantes diligenciar no campo partidário tradicional, não ficando completamente isolados dessa movimentação política. No caso dos miristas, a aproximação com Salvador Allende e a criação do GAP davam ao grupo não apenas o prestígio de fazer a segurança do presidente chileno, como também a possibilidade do uso de estruturas oficiais do governo e da polícia para o treinamento de quadros.

Em ambas as situações, orbitar em torno de atores políticos legais colocava os dois grupos de guerrilha em posição bastante *sui generis*, uma espécie de semiclandestinidade, digamos. Estes não participavam do jogo das urnas e nem concordavam com suas regras, mas, de algum modo, eram reconhecidos como interlocutores pela Frente Ampla e pela Unidade Popular. Forçados a buscar maior inserção social e alistar novos militantes, os dirigentes guerrilheiros não hesitaram em manter aberta essa porta de acesso para o universo político ordinário.

Por outro lado, alguns dos mesmos setores que diziam defender as normas democráticas não titubearam em procurar ajuda das organizações armadas, ou mesmo aceitá-la quando essa ajuda lhes foi oferecida. Em suma, num cenário de polarização político-ideológica e acirramento de conflitos sociais, as esquerdas, fossem legais ou clandestinas, transitaram entre caminhos muitas vezes opostos, mostrando como eram tênues os limites políticos na América Latina daquele contexto.

Bibliografía

- AGGIO, A. (2002). *Democracia e socialismo: A experiência chilena*. São Paulo: Annablume.
- ALDRIGHI, C. (2001). *La izquierda armada: Ideología, ética e identidad en el MLN-Tupamaros*. Montevideo: Trilce.
- ALTAMIRANO, C. (1979). *Dialética de uma derrota: Chile 1970-1973*. São Paulo: Brasiliense.
- ÁLVAREZ VALLEJOS, R. (2010). «La Unidad Popular y las elecciones presidenciales de 1970 en Chile: la batalla electoral como vía revolucionaria». *OSAL*, 11(28), 219-239.
- «Amenazas intervencionistas» (10.07.1971). *El Popular*, p. 4.
- ANGELL, A. (2015). «Chile, 1958-c. 1990». En L. BETHELL. (org.). *História da América Latina: Vol. IX. A América Latina após 1930: México, América Central, Caribe e Repúblicas Andinas* (pp. 853-929). São Paulo: Edusp.
- BANDEIRA, L. A. M. (2003). «Brasil e os golpes na Bolívia, Uruguai e Chile: 30 anos depois». *Revista Espaço Acadêmico*, 28. Recuperado de: <http://www.espacoacademico.com.br/028/28bandeira.htm>.
- BARROS, J. D. (2007). «História Comparada – da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico». *História Social*, 13, 7-21.
- BENEDETTI, M. (1971). «Mario Benedetti: «Hemos decidido ayudar a la historia». El 12 con las bases en lucha, un acto para todo el Frente Amplio». INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIALES (1972). *Partidos políticos y clases sociales en el Uruguay: Aspectos ideológicos* (p. 181). Montevideo: FCU.
- BLOCH, M. (1998). «Para uma história comparada das sociedades europeias». En E. BLOCH (org.). *História e historiadores* (pp. 119-150). Lisboa: Teorema.
- BUTAZZONI, F. (2002). *Seregni-Rosencof: Mano a mano*. Montevideo: Aguilar.
- CHERONI, A. (1984). *Los partidos marxistas en el Uruguay: Desde sus orígenes hasta 1973*. Montevideo: CLAEH. (Material de capacitación)
- COSTA BONINO, L. (1985). *Crisis de los partidos tradicionales y movimiento revolucionario en el Uruguay*. Montevideo: EBO.
- FERREIRA, A. L. (2012). «O Uruguai entre armas e urnas: as relações dos Tupamaros com a Frente Ampla no princípio dos anos 1970». *OPSIS*, 12(2), 308-325.
- FERREIRA, A. L. (2013). «A unificação das esquerdas no Uruguai e a via chilena ao socialismo: a importância da Unidade Popular no processo de criação da Frente Ampla». *Perseu. História, Memória e Política*, 9, 93-114.
- FRENTE AMPLIO (1971). «Bases programáticas». En M. Aguirre Bayley (1985). *El Frente Amplio: Historia y documentos* (89-95). Montevideo: EBO.
- GREZ TOSO, S. (2011). *Historia del comunismo en Chile: La era de Recabarren (1912-1924)*. Santiago: LOM Ediciones.
- HEINZ, F. M.; KORNDÖRFER, A. P. (2009). «Comparações e comparatistas». En F. Heinz (org.), *Experiências nacionais, temas transversais: Subsídios para uma história comparada da América Latina* (pp. 9-20). São Leopoldo: Oikos.

- M26. Movimiento de Independientes 26 de Marzo (26.11.1971). «El voto del 26 de Marzo». *Marcha*, p. 7.
- M26. Movimiento de Independientes 26 de Marzo (5.11.1971). «El «26 de Marzo» y las elecciones». *Marcha*, p. 5.
- MIR. Movimiento de Izquierda Revolucionaria (11.02.1969). «El MIR plantea la abstención electoral y la lucha armada como camino». *Punto Final. Suplemento*, 74, 1-9. Recuperado de: http://www.pf-memoriahistorica.org/PDFs/1969/PF_074_doc.pdf.
- MIR. Movimiento de Izquierda Revolucionaria (12.05.1970). «El MIR y las elecciones presidenciales». *Punto Final. Suplemento*, 104, 1-8. Recuperado de: http://www.pf-memoriahistorica.org/PDFs/1970/PF_104_doc.pdf.
- MIR. Movimiento de Izquierda Revolucionaria (13.10.1970). «El MIR y el resultado electoral». *Punto Final*, 115, 1-13. Recuperado de: <http://www.cedema.org/uploads/Mir-Octubre70.pdf>.
- MIR. Movimiento de Izquierda Revolucionaria (1965). *Declaración de principios del MIR*. Recuperado de: <http://www.cedema.org/ver.php?id=368>.
- MIR. Movimiento de Izquierda Revolucionaria (1974). *Notas sobre la formación de los cuadros*. Recuperado de: <http://www.cedema.org/uploads/NOTAS%20SOBRE%20LA%20FORMACION%20DE%20LOS%20CUADROS.pdf>.
- MLN-T. Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros (1967). *Documento n. 1*. Recuperado de: <http://www.cedema.org/ver.php?id=111>.
- MLN-T. Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros (1989). *Artigas y el Movimiento de Liberación Nacional «Tupamaros»*. Montevideo: YOEa.
- MLN-T. Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros (8.1.1971). «Tupamaros». *Marcha*, p. 7.
- MLN-T. Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros. (1971). *Documento n. 5*. Recuperado de: <http://www.cedema.org/ver.php?id=115>.
- PADRÓS, E. S. (2007). «Uruguai na mira». *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 2(19), 69-72. Recuperado de: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/uruguai-na-mira>.
- PÉREZ, C. (2000). «Salvador Allende, apuntes sobre su dispositivo de seguridad: el Grupo de Amigos Personales (GAP)». *Estudios Públicos*, 79, 31-81.
- PRADO, M. L. C. (2005). «Repensando a História Comparada da América Latina». *Revista de História*, 153, 11-33.
- REY TRISTÁN, E. (2005). *La izquierda revolucionaria uruguaya, 1955-1973*. Sevilla: Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Universidad de Sevilla.
- SEREGNI, L. (1971). «Discurso de Seregni a militantes del Movimiento 26 de Marzo ». En G. CAETANO, (coord.) (2005). *Colección Líber Seregni: La fundación del Frente Amplio y las elecciones de 1971. Tomo I* (pp. 227-231). Montevideo: Taurus.
- TORRES, J. (2002). *Tupamaros: La derrota en la mira*. Montevideo: Fin de Siglo.

